



Inclusão dos surdos no contexto escolar: a valorização da língua materna

Inclusion of the deaf in the school context: valuing the mother tongue

José Matheus Pinheiro da Fonseca da Silva¹

Kátia Guerchi Gonzales²

Resumo

Esse trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado e visa compreender o processo de inclusão do sujeito surdo no contexto escolar. Neste sentido, pautados na pesquisa documental, apresentamos os movimentos para a escolarização de sujeitos surdos que passaram por diferentes momentos: exclusão, segregação e integração nas instituições de ensino. Como um dos resultados principais, observamos que, todo esse movimento de inclusão de sujeitos surdos, embora progressivo, está longe de proporcionar o ambiente mais adequado para atender as necessidades educacionais dessa comunidade.

Palavras-chave: Surdez; Inclusão; Escola; Libras.

Introdução

A temática “inclusão de pessoas surdas na sociedade” tem sido consideravelmente explorada nos últimos anos, como exemplos, podemos citar os trabalhos de Sacks (2010), Borges e Nogueira (2012) e Gianotto (2020), que nos permitem observar os movimentos de inclusão de pessoas surdas na sociedade.

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Licenciado em Matemática pela Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal – UNIDERP/Anhanguera pelo Programa de Pós-graduação stricto sensu Mestrado em Ensino de Ciências e Licenciado em Matemática pela Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal – UNIDERP/Anhanguera, Brasil. E-mail: josesilva9059@gmail.com., Brasil. E-mail: josesilva9059@gmail.com.

² Doutora em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Câmpus de Bauru. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Matemática - Mestrado Profissional - e do Ensino Superior na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Brasil. E-mail: profkatiaguerchi@gmail.com.

Nesses trabalhos, é possível verificar as lutas contra as ações, os atos e as leis que tenham algum intuito de discriminar ou excluir as pessoas que possuem uma identidade diferente dos grupos predominantes, afastando-as do convívio social.

Mantoan (2015), Alves, Leão e Agapito (2017) e Gianotto (2020) ressaltam ainda que esse ato de excluir um indivíduo surdo pode, por muitas vezes, acontecer por falta de conhecimento sobre as particularidades da identidade surda. Nessa mesma perspectiva, os movimentos de inclusão buscam abrir espaços na sociedade, demonstrando que os surdos fazem parte dela e que sua participação como membro dessa comunidade tem importância.

Diante desse cenário de inclusão Mantoan (2015, p. 63) descreve que as escolas inclusivas trabalham com os aspectos das “[...] peculiaridades de cada um e considerando a singularidades de todas as suas manifestações intelectuais, sociais, culturais físicas. Trabalhando com alunos de carne e osso”. A educação inclusiva não procura constituir ou enquadrar um modelo de estudante que ela possa considerar como ideal, que esteja dentro de um padrão, os indivíduos da escola inclusiva são todos os estudantes, sem segregar ou excluir alguém da escola de ensino comum.

Esse texto se refere a um recorte de um trabalho de mestrado já finalizado junto ao programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Ensino de Ciências e Licenciado em Matemática, que teve por objetivo investigar a compreensão da constituição dos conhecimentos matemáticos e pedagógicos de uma egressa surda do curso de matemática. Neste texto, apresentamos o recorte dessa pesquisa, com o objetivo de compreender o processo de inclusão do sujeito surdo no contexto escolar. Como fonte para a constituição de dados, além da pesquisa bibliográfica, foram usadas narrativas produzidas por meio de entrevistas, realizadas segundo a perspectiva associada à metodologia da História Oral.

Compreendemos, conforme aponta Martins-Salandim (2012, p. 51), que “[...] a metodologia de pesquisa é sempre um exercício, um fazer em trajetória e não uma mera e simples aplicação linearizada que nos permite passar por etapas em procedimentos mecanicamente implementados”. Juntamente com a História Oral, empregamos a pesquisa documental, conforme as ideias propostas por Pádua (1997) de que a

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências (Pádua, 1997, p. 62).

Utilizamos as informações e trabalhos anteriores disponíveis na Plataforma da CAPES e no Google Acadêmico para o levantamento dos trabalhos desenvolvidos sobre a temática pesquisada.

Por meio de narrativas constituídas sobre o de inclusão do sujeito surdo no contexto escolar e atrelada a documentação consultada, pontuamos percursos históricos em relação a legislação de fomento à educação de estudantes do público-alvo da educação especial e o movimento de inserção e inclusão nos ambientes educacionais.

Neste contexto, buscamos compreender o movimento de inclusão do sujeito surdo nos estabelecimentos de ensino regular, observando as condições de acesso e recursos – como a utilização da língua materna - que possibilitam a aprendizagem, respeitando as diferenças e atendendo as necessidades educacionais nesse processo de inclusão.

A inclusão do surdo no contexto escolar: considerações históricas

Como uma possível origem da educação de surdos, tomamos as considerações de Scremin (2012) que argumenta ter iniciado essa educação a partir das obras de caridades do monge Abade L'Epée, em meados de 1750, em que ele ajudava os pobres que viviam nas ruas de Paris. De acordo com o autor, o monge, durante sua jornada, deparou-se com duas jovens irmãs que eram surdas e comunicavam-se entre si por gestos. Esse fato despertou o interesse do Abade L'Epée, pois ele acreditava que se ajudasse os surdos a expressarem seus pensamentos, ele estaria ajudando essa comunidade a tornar-se filhos de Deus.

Naquele período, os surdos não eram vistos como filhos de Deus e eram privados de viverem em sociedade. Dessa forma, os surdos não tinham o direito de serem herdeiros dos seus responsáveis, porque não eram tidos como seres humanos, isso por se comunicarem de uma forma não oral (Scremin, 2012).

Diante desse cenário, o monge fundou um abrigo em sua própria residência chamado Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris, onde eram oferecidas 50% das vagas para surdos que estavam dispersos pela rua e os outros 50% das vagas para surdos que eram filhos de pessoas influentes (Scremin, 2012).

Essa estratégia realizada pelo monge L'Épée possibilitou que, décadas depois, essa comunidade constituísse a Língua de Sinais Francesa, que é as configurações de mãos e expressões faciais. Mediante essa interação entre os surdos, quando voltassem para suas residências, eles difundiam esse conhecimento para um número cada vez maior de pessoas. A elaboração desses sinais pelos membros dessa instituição criada pelo Abade permitiu ensinar uns para os outros, transformar em algo potencial para o ensino dos indivíduos surdos, viabilizando a interação com outros surdos (Scremin, 2012).

Após muitos anos de discussões sobre a educação de pessoas surdas no Brasil, Scremin (2012) afirma que a educação escolar desses indivíduos surdos no país começou a ter incentivo por parte das autoridades. Só no ano de 1857, quando Dom Pedro II fundou o Instituto Nacional de Educação de Surdo do Rio de Janeiro, que, anos mais tarde, passou a ser chamado de INES.

Segundo Scremin (2012), há uma versão para origem do INES, a qual pode ser contestável, afirmando-se que a suposta motivação para a criação do Instituto seria resultado de interesses pessoais, tendo em vista o atendimento das necessidades educacionais do filho de uma pessoa que era membro da corte e, em razão disso, Dom Pedro II trouxe um professor surdo francês, Hernest Huet, diretor do Instituto Nacional de Paris, que foi discípulo do monge L'Épée, para atuar no Brasil.

Assim sendo, o Instituto passou a receber alunos surdos de todas as regiões do país, dando início à criação da língua de sinais, sendo influenciada pela Língua de Sinais Francesa. Os estudantes surdos que recebiam esse atendimento na instituição, quando voltavam para suas comunidades de origem, levavam esse novo conhecimento sobre a língua de sinais, espalhando-a por todo o Brasil ou, pelo menos, entre aquelas comunidades em que os membros – classes mais abastadas – conseguiam propiciar aos seus familiares surdos o aprendizado dessa língua no INES, dentro dessa instituição que o sujeito surdo exerceu a função de professor.

Vale ressaltar que o sujeito surdo, para exercer a função de professor repetidor, deveria atender alguns critérios, entre eles, ser um ex-aluno da instituição, com isso, havia a oportunidade de candidatar-se para a função, assumindo as responsabilidades desse cargo, tendo, como a primeira atribuição, acompanhar as aulas ministradas, após a aula, repassar aos outros estudantes surdos o conteúdo trabalhado, além disso, fazer companhia aos sujeitos surdos na hora do intervalo; apresentar o instituto às pessoas que iam conhecer a instituição; efetuar a correção das atividades dos estudantes. Ainda ficava sob encargo dessas pessoas: a responsabilidade de ministrar aulas quando houvesse a necessidade ou a falta do professor regente em sala; devendo constituir um conhecimento em uma disciplina e desenvolver e demonstrar a sua capacidade de atuar como professor (Carvalho, 2016).

A Libras é um instrumento que possibilita a toda comunidade surda a construção cultural de seu povo, não é uma linguagem simples, é uma língua com regras gramaticais e estrutura própria, sendo resultado de embates, ajustes, aceites que se deram ao longo dos anos. Desse modo, é uma ferramenta de luta dessa comunidade contra a segregação e a discriminação dos surdos perante a sociedade (Scremin, 2012).

A partir dos primeiros indícios e embasados em Gianotto (2020) temos que a escolarização de pessoas com surdez no Brasil passou por três momentos distintos: o primeiro momento é o da exclusão, em que as pessoas surdas eram excluídas do convívio social; o segundo momento diz respeito à segregação do convívio social dos indivíduos que eram surdos, sendo que eles viviam às margens da sociedade; e o terceiro momento refere-se à integração dos surdos com um objetivo de constituírem mão de obra mais desvalorizada (Gianotto, 2020).

No ano de 2005, segundo Gianotto (2020), a Libras é inserida no contexto escolar. O Decreto nº5.626 (Decreto nº 5.626, 2005) trata da regulamentação da Libras como uma disciplina obrigatória na grade curricular dos cursos de licenciaturas. A partir do levantamento do pesquisador podemos observar que a formação de estudantes surdos em cursos de graduação teve um aumento considerável. O Decreto nº5.626 (Decreto nº 5.626, 2005) regulamenta a Libras como disciplina obrigatória, contudo a Lei nº 10.436 (Lei nº 10.436, 2002) reconhece a Libras como

sendo a língua materna da comunidade surda. Vale observar ainda que, muito antes disso, o artigo 205º da Constituição da República Federativa do Brasil (Constituição, 1988) explicita que a educação é direito de todos os brasileiros e dever do Estado e da família para que ocorra o desenvolvimento de um cidadão pleno.

É neste sentido, que a Libras - composta por signos que permitem passar as ideias de uma palavra para uma imagem - é compreendida como parte da pedagogia visual, já que é um instrumento que faz uso dessa configuração visual para o ensino e aprendizagem desses indivíduos surdos.

Uma instituição inclusiva, segundo Castro (2016) pode possibilitar e estimular o estudante surdo a comunicar-se em sua língua materna, visto que essa é uma maneira de potencializar o seu crescimento. Carvalho (2018) ainda observa que existem muitos surdos, filhos de pais ouvintes, que, muitas vezes, não têm o domínio da Libras ou possuem pouco conhecimento dela, assim, a escola inclusiva pode tornar-se um espaço para que o aluno realize essa socialização com outros indivíduos, ensinando e aprendendo sua língua materna.

Diante disso, a escola se torna a primeira comunidade que a criança tem envolvimento fora do seio familiar, possui o objetivo de proporcionar a interação entre seus membros, sendo muito importante a utilização da língua materna pelo estudante surdo. Ele consegue inteirar-se do seu entorno e constituir sua identidade mediante essa interação com o outro, através do diálogo e das experiências na instituição escolar que propicia a utilização da Libras.

Nossa compreensão, a partir das explanações acima, a respeito da escola inclusiva é de uma instituição que promove a valorização da cultura do outro, fazendo que todos tenham experiência com outras culturas. Valoriza, assim, todas as diferenças que existem em uma sociedade, proporcionando também experiências para que se constituam diferentes visões, respeitando os indivíduos por meio da comunicação com pessoas que possuem culturas diferentes.

Alguns trechos de memórias e considerações sobre a inclusão da egressa surda durante a sua trajetória na educação básica

Por meio da História Oral, foram constituídas sete narrativas sendo elas a da

colaboradora surda – egressa do curso de Licenciatura em Matemática, da sua mãe, de seu namorado, da coordenadora do curso, do intérprete de Libras e de dois professores. Dessa forma, mobilizamos documentos oficiais e narrativas da aluna surda, de sua mãe e daqueles que estiveram envolvidos diretamente com a sua formação enquanto professora de Matemática.

Desse modo, para esse artigo selecionamos trechos das narrativas de duas colaboradoras da pesquisa de mestrado, da Nayara – mãe da egressa surda - e da Camila – egressa surda do curso de Licenciatura em Matemática -, um ponto que se faz necessário é apontar que todos os nomes dos colaboradores que foram citados no corpo do texto são nomes fictícios, não possuindo ligação direta ou indireta com a identidade real dos colaboradores da pesquisa, sendo que a metodologia de pesquisa utilizada, por ser flexível, permite a utilização de nomes que não possuem ligação direta com o colaboradores para proteger a identidades dos narradores.

A colaboradora Nayara relata como se deu o período que a egressa surda estudou na instituição de ensino especializado, como era desenvolvida uma educação inclusiva que com o intuito de atender as necessidades dos alunos surdos no ambiente inclusivo de uma instituição. Nesse contexto a colaboradora pondera como os professores desenvolviam as metodologias de ensino e aprendizagem nesse ambiente.

Para ensinar as palavras para os alunos, os professores do Ceada³ utilizavam metodologias diferenciadas. Por exemplo, eles apresentavam uma flor para os alunos surdos e, então, ensinavam o sinal daquela flor, depois que eles ensinavam o sinal da flor, iam ensinar a palavra. Sempre era assim, primeiro, ensinava o nome e a escrita daquele sinal, para, depois, então, escreverem a palavra. (Entrevista da Nayara – Silva, 2022, p. 159).

O relato da colaboradora Nayara nos remete as ideias de Mantoan (2015) que argumenta que uma instituição inclusiva deve prover meios para que se atendam às necessidades educacionais de seus estudantes. A partir desse relato, embasados na narrativa da colaboradora ponderando sobre a instituição Ceada, podemos observar que nesse ambiente escolar a língua materna da comunidade surda era favorecida e

³ Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Áudio Comunicação.

utilizada para o ensino e aprendizagem dos sujeitos surdos.

No período em que a egressa surda iniciava seus estudos nessa instituição especializada, a legislação brasileira direcionava o atendimento preferencialmente em instituições públicas, para o atendimento dos estudantes que são do público-alvo da educação especial. Um artigo que exclui os estudantes especiais das escolas de ensino regular é o artigo 58 da LDB (Lei nº 9.394, 1996), que retoma as orientações das Nações Unidas que naquele momento era que fosse oferecido o atendimento especializado preferencialmente em instituições especializadas para que os estudantes, que são o público-alvo da educação especial pudessem se desenvolver.

A instituição especializada onde a egressa surda cursou a primeira fase da educação básica, segundo o relato da colaboradora é um ambiente educacional que a Libras era empregada no ensino e aprendizagem dos alunos. Nesse ambiente os professores que ministravam aula para os sujeitos surdos eram professores surdos ou fluentes em Libras assim possibilitando constituir um canal direto com o aluno surdo mediante a sua língua materna.

Mediante aos relatos da colaboradora podemos estabelecer uma ligação com as ideias de Castro (2016) quando argumenta que um ambiente que usufrui da Libras no ensino e aprendizagem dos indivíduos surdos, podendo ser um ambiente educacional com potencial para o ensino e aprendizagem desses alunos onde as peculiaridades dessa comunidade é levada em conta nas metodologias dos professores.

Na mesma vertente a colaboradora Camila descreve o papel que a instituição Ceada exerceu em sua formação

O Ceada, como eu disse, era uma instituição de ensino especial, todos os professores sabiam Libras, eram bilíngues, alguns, inclusive, eram surdos. Desse modo, essa era uma instituição em que a cultura surda era valorizada e as metodologias de ensino voltadas para a comunidade surda. Foi, assim, que, aproximadamente aos 7 anos de idade, eu aprendi Libras, pois tive a oportunidade de estudar no Ceada. (Entrevista da Camila – Silva, 2022, p. 147).

O relato da colaboradora Camila está em conformidade com a visão de Castro (2016) que concebe a linguagem como instrumento fundamental para viver em sociedade, que o movimento de inclusão parte da valorização da Libras como língua

materna da comunidade surda do nosso país, pois ela propicia aos surdos a autonomia para expressarem-se, de modo que todos exerçam seu papel perante a sociedade, independentemente da sua condição de ouvinte ou não.

Mediante a narrativa da colaboradora Camila ela estava com 7 anos de idade na época, podemos afirmar então que seria no ano de 2002, sendo o período em que a Lei nº 10.436 (Lei nº 10.436, 2002) entrou em vigor, proporcionando o reconhecimento legal da Libras como forma de comunicação dos sujeitos surdos no Brasil.

A colaboradora Camila descreve em sua narrativa em relação a família de colegas estudavam na mesma instituição que, esse relato dialoga com as ideias de Carvalho (2018) em relação as famílias dos sujeitos surdos “Muitas famílias não sabiam Libras e, neste aspecto, era responsabilidade do Ceada fazer todo esse movimento de esclarecimento para o aluno surdo sobre a Libras. P149” (Entrevista da Camila – Silva, 2022, p. 149). Podemos observar a partir do relato do pesquisador e da colaboradora que na maioria das vezes é o único integrante surdo de sua família.

Sobre essa falta de conhecimento sobre a língua materna por parte dos familiares Sacks (2010) argumenta que é algo prejudicial para o desenvolvimento do estudante surdo, sendo que a falta de comunicação, ou a comunicação falha, pode se transformar em uma barreira para o desenvolvimento desse indivíduo surdo.

Diante desse cenário de inclusão Mantoan (2015, p. 63) descreve que as escolas inclusivas trabalham com os aspectos das “[...] peculiaridades de cada um e considerando a singularidade de todas as suas manifestações intelectuais, sociais, culturais físicas”. A instituição inclusiva se torna um ambiente favorável para o ensino e aprendizagem dos estudantes e não só para o sujeito surdo, mas de todos que frequentam esse ambiente.

Algumas considerações

A escolarização de sujeitos surdos vem avançando ao longo dos anos no Brasil, desde a fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos sofreu influência direta de profissionais franceses, onde um deles foi convidado para ser o diretor dessa instituição, sendo assim exercendo influência na constituição da Língua Brasileira de Sinais. É perceptível no decorrer do trabalho que segundo as ideias dos autores as instituições de ensino inclusivo se tornam favoráveis para o atendimento

das necessidades educacionais de discentes surdos. A partir desses estudos podemos concluir que a Libras como sendo a língua materna da comunidade surda, supri todas as demandas de uma comunicação ativa entre os usuários como qualquer outra língua. O movimento de inclusão dos estudantes surdos nas instituições de ensino regular ainda está longe de atender todas as necessidades educacionais dos sujeitos surdos, mesmo tendo uma legislação que fomenta a educação de indivíduos surdos. Por exemplo uma legislação que obriga os cursos de licenciaturas possuírem em sua grade curricular a disciplina de Libras, mas possui uma grande parte dos professores formadores sem o mínimo conhecimento em Libras para o ensino e aprendizagem de alunos surdos.

Diante desse cenário de inclusão podemos concluir que a efetivação da participação de surdos ou quaisquer outros grupos marginalizados necessita que a política pública seja colocada em prática e seja desenvolvida em toda a sociedade. Todos os seres humanos precisam estar engajados para a elaboração de um espaço que realize a inclusão de todos, independentemente das suas características individuais.

O movimento de inclusão não é algo simplista ou genérico, que pode ser desenvolvido em um ambiente e posteriormente ser reproduzido em outro lugar. A inclusão é algo que ocorre diferentemente em cada lugar, necessita que todos os sujeitos estejam engajados para que se alcance a verdadeira inclusão, onde sejam respeitadas todas as peculiaridades de seus membros.

Referências (Normas APA)

Alves, L. F., Leão, M. F., & Agapito, F. M. (2017). Políticas públicas voltadas para a inclusão social de surdos. *Revista Destaques Acadêmicos*, 9(2), p.149-162.

Baraldi, I. M. (2003). *Retraços da Educação Matemática na região de Bauru (SP): uma história em construção*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.

Recuperado em 20 dezembro 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 dez. 2020.

Borges, F. A., & Nogueira, C. M. I. (2013). Quatro aspectos necessários para se pensar o ensino de Matemática para surdos. *Em Teia| Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, 4(3),1-19.

Carvalho, R. P. Q. (2016). *O professor surdo: um estudo sobre a constituição de sua profissão docente*. (Dissertação de mestrado) Universidade de Taubaté – SP.

Castro, F. G. A. P. (2016). *A formação docente e a constituição do professor surdo que atua com a Libras no ensino superior*. (Dissertação de mestrado) Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte - MG.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. (2005). Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: Brasília, DF: Presidência da República, {2005}. Recuperado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acessado em 20 dez. 2020.

Gianotto, A. O. (2020). *O protagonismo da pessoa surda do ponto de vista do desenvolvimento local*. (Tese de doutorado). Universidade Católica Dom Bosco–UCDB. Campo Grande–MS.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF: Presidência da República, {2009}. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em: 20 dez. 2020.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. (2002). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF: Presidência da República, {2018}. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm#:~:text=LEI%20N%20o%2010.406%2C%20DE%2010%20DE%20JANEIRO%20DE%202002&text=Institui%20o%20C%3%B3digo%20Civil.&text=Art.,e%20deveres%20na%20ordem%20civil. Acessado em 20 dez. 2020.

Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?*. São Paulo: Summus Editorial.

Martins-Salandim, M. E. (2012). *A interiorização dos cursos de matemática no estado de São Paulo. Um exame da década de 1960*. (Tese Doutorado em Educação Matemática). Rio Claro: Universidade Estadual Paulista.

Pádua, E. M. M. (2019). *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. Campinas: Papyrus Editora.

Sacks, O. (2010). *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Editora Companhia das Letras.

Scremin, P. X. (2012). *A formação dos professores surdos: verdades produzidas na Revista Espaço*. (Dissertação de mestrado). Santa Cruz do Sul: Universidade Federal da Santa Cruz do Sul.

Silva, J. M. P. F. A. (2022). *constituição dos conhecimentos pedagógicos e matemáticos de uma aluna surda no curso presencial de licenciatura em matemática: um estudo de caso*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Uniderp Anhanguera. Campo Grande-MS.
